

TRADUÇÃO “TORNANDO-SE SOCIAL”? DESAFIOS PARA A TORRE (DE MARFIM) DA BABEL¹

Michaela Wolf¹

¹Universität Graz tätig, Rechbauerstraße, Graz, Áustria

Talita Serpa²

²Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, São Paulo, São Paulo

1. Introdução

Em uma edição temática recente da *Hermes*, com o tema “Estudos de tradução: foco no tradutor”, Chesterman afirma que há uma tendência ao aumento no número de pesquisas recentes que, de uma maneira ou de outra, se concentram na figura do tradutor e não nas traduções como textos, o que justificaria a introdução do termo “Estudos do Tradutor” (Chesterman, *The Name and Nature of Translator Studies*, 13 [ênfase no original]). Ele toma o “Mapa dos Estudos da Tradução” de James Holmes (1988) como ponto de partida e sugere remapeá-lo, incluindo nesse os agentes envolvidos no processo tradutório bem como suas histórias, interesses e perspectivas sobre a profissão.

Segundo Chesterman, os ramos relevantes desse subcampo dos Estudos da Tradução são culturais (lidando com valores, ideolo-

¹ Artigo publicado na revista *MonTI* em 2010. A presente tradução foi autorizada para ser publicada em português pela Revista MonTI (<http://www.e-revistas.uji.es/index.php/monti>) e pela autora, Michaela Wolf, às quais agradecemos imensamente. Referência completa do artigo original: Wolf, Michaela. Translation ‘going social’? Challenges to the (Ivory) Tower of Babel. *MonTI* 2, p. 29-46, 2010.



gias, tradições etc.), cognitivos (enfrentando processos mentais, tomadas de decisão, atitudes em relação às normas etc.) e sociológicos (cobrindo o comportamento observável dos agentes, suas redes sociais, *status* e processos de trabalho etc.) (Chesterman, *The Name and Nature of Translator Studies*, 19). Esse, contudo, não é o lugar para discutir a conceituação do subcampo dos “Estudos do Tradutor”, e, especialmente, há aqui o perigo de subjetivar excessivamente o processo tradutório, concentrando-se na perspectiva dos agentes em específico.

O que parece relevante para o objetivo deste artigo, no entanto, é a ênfase de Chesterman na atividade dos agentes envolvidos no processo tradutório, o que, em última análise, implica uma mudança nos pontos de vista sobre a Tradução além daqueles tratados nas últimas décadas. A seguir, gostaria de esclarecer as razões e condições responsáveis por essa mudança, ou “virada”. Discutirei, em particular, as realizações potenciais de uma “virada sociológica” e suas implicações na essência ética e social da atividade do tradutor. Minha principal afirmação é que considerar o tradutor como sujeito construído e construtivo na sociedade implica seriamente uma mudança na visão do conceito de Tradução e dos domínios de pesquisa nos Estudos da Tradução.

2. Uma “virada” sociológica?

Colocar foco na discussão sobre as mudanças de paradigma de uma disciplina científica em uma agenda de pesquisa pode ser visto como um sinal de seu estabelecimento na comunidade de investigadores e como um estágio da “evolução” do ramo de estudos, o que permite questionar seus resultados e conquistas de fora para dentro.

Recentemente, essa pergunta foi feita por vários estudiosos dos Estudos da Tradução, entre os quais Snell-Hornby em seu livro *The Turns of Translation Studies: New Paradigms or Shifting Viewpoints?* (2006). Uma mudança de paradigma ou “virada” indubitavelmente designa (até certo ponto) um rompimento com visões

tradicionais sobre um determinado assunto, neste caso sobre Tradução no sentido mais amplo. Assim, há a introdução de novas perspectivas que, obviamente, não descartam as percepções duradouras, mas adotam abordagens estabelecidas como base para um ponto de partida que esboça novos horizontes e desenvolvimentos adicionais em uma área específica.

Em sua obra *Cultural Turns: Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften* (2006), Bachmann-Medick pergunta como as “viradas” geralmente acontecem nas Ciências Humanas. Seu argumento inicial é que as disciplinas que, de uma maneira ou de outra, têm a ver com cultura ou que podem ser consideradas parte do agrupamento de domínios dos Estudos Culturais, não estão envolvidas nos “debates apaixonados das ‘revoluções científicas’” (Bachmann-Medick, *Cultural Turns: Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften*, 18). Assim, a autora insiste em distinguir entre “paradigmas” e “viradas”, e, ao fazê-lo, baseia-se em Marcus e Fischer, quando propõem que as viradas são “relativamente efêmeras e transitam entre períodos de estilos estabelecidos de pesquisa os quais são dominados por paradigmas” (1986 *apud* Bachmann-Medick, *Cultural Turns: Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften*, 18).

Segundo a autora, uma virada passa por três estágios que caracterizam “turnos” em geral. A primeira etapa é a expansão do objeto ou do campo temático: isso implica uma mudança do nível do objeto dos novos campos de pesquisa para o nível das categorias e conceitos analíticos. E a segunda fase sugere que a dinâmica das viradas é caracterizada pela formação de metáforas, tais como a “Cultura como Tradução”. A Metaforização é transcendida quando o seu potencial de criar perspectivas passa pelas disciplinas como um novo meio de conhecimento e entra na conceituação teórica. O terceiro estágio é o do refinamento metodológico, provocando um salto conceitual e uma aplicação transdisciplinar (Bachmann-Medick).

Parece que os Estudos da Tradução estão particularmente inclinados para as mudanças de paradigmas, ou “viradas”. Isso resulta, em parte, do fato de o sujeito estar, por natureza, localizado nas zonas de contato “entre culturas” e, portanto, exposto a diferentes

constelações de contextualização e estruturas de comunicação, mas também de composição da própria disciplina.

As formas multifacetadas de comunicação que moldam as questões abordadas nos Estudos da Tradução exigem que ultrapassemos os limites disciplinares. Nessa visão, a “virada cultural” é, sem dúvida, o ponto de mudança mais decisivo que a disciplina tomou desde o seu surgimento nos anos sessenta do século XX. Todas as principais abordagens, de uma maneira ou de outra, levaram em consideração fatores culturais na Tradução - sejam os linguísticos (Nida), os funcionais (Vermeer) ou os descritivos (Toury). Mas nenhum deles se debruçou extensivamente sobre as implicações que os arredores do texto teriam sobre sua produção ou sobre os fatores “externos” que moldam o impacto mais profundo da Tradução.

Em 1990, Bassnett e Lefevere tomaram uma decisão irrevogável quando declararam:

Há sempre um contexto em que a Tradução ocorre, sempre uma história da qual um texto emerge e para a qual um texto é transposto. [...] [A] Tradução como atividade é sempre duplamente contextualizada, uma vez que o texto ocupa um lugar em duas culturas. (Bassnett; Lefevere, 11)

Assim, as Traduções sempre refletem as condições históricas e culturais sob as quais foram produzidas. Isso também significa que o objeto de estudo desde então foi redefinido, ou seja, o que é estudado é basicamente o “texto incorporado em sua rede de sinais culturais de origem e de destino” (Bassnett; Lefevere, 12).

Essa perspectiva ampliada abriu os Estudos da Tradução para novas metodologias que foram desenvolvidas a fim de esclarecer o processo tradutório, revelando as relações de poder subjacentes a qualquer atividade de Tradução e, portanto, apontando para o fato de que a Tradução nunca pode ser neutra (Bassnett, 136). Além disso, novas abordagens para a área foram incentivadas, muitas vezes em um esforço interdisciplinar comum para ampliar o hori-

zonte da disciplina. Como consequência, os anos que se seguiram viram um enorme aumento e refinamento nas publicações sobre Tradução feminista, Tradução pós-colonial e abordagens etnográficas, entre outras.

Cerca de uma década e meia depois, as perspectivas obtidas com essas leituras recém-desenvolvidas levaram a uma visão da Tradução como uma prática social que, entre outras, destacou o papel dos agentes envolvidos no processo. Gradualmente, a convicção tomou forma de que qualquer Tradução está necessariamente ligada a contextos sociais: por um lado, o ato de traduzir, em todos os seus vários estágios, é inegavelmente realizado por indivíduos pertencentes a um sistema social; por outro, o fenômeno da Tradução está inevitavelmente implicado nas instituições sociais, que determinam muito a seleção, a produção e a distribuição da Tradução e, como resultado, as próprias estratégias adotadas em seu desenvolvimento. Nesse ponto, surge a dúvida de se podemos, de fato, falar sobre uma “virada sociológica” (Wolf, *Übersetzen-Translating-Traduire: Towards a ‘Social Turn’?*). Snell-Hornby expressa essa imprecisão da seguinte forma:

Como o tópico [das implicações sociais na Tradução] existe há tanto tempo, é discutível se está agora criando um novo paradigma na disciplina. Em todos os eventos a Sociologia da Tradução é uma alternativa bem-vinda à abordagem puramente linguística, e é uma teorização de imensa importância, com uma riqueza de material para estudos futuros. (Snell-Hornby, 172)

Contudo, em relação aos critérios elaborados por Bachmann-Medick para a existência de uma “virada” nas Humanidades, as etapas descritas anteriormente parecem já ter sido tomadas pelo que foi rotulado como “virada sociológica”: as categorias desenvolvidas, em parte pautadas nas perspectivas elaboradas em Sociologia, atestam ferramentas metodológicas refinadas que possibili-

tam a conceituação das condições sociais subjacentes ao processo tradutório também em uma análise transdisciplinar. Isso é comprovado por vários trabalhos que contribuíram para o surgimento de uma “Sociologia da Tradução” e forneceram informações valiosas sobre o funcionamento do processo tradutório, a construção de um discurso público sobre Tradução e a autoimagem dos tradutores, entre outras questões cruciais (Gouanvic; Wolf, Fukari; Pym, Shlesinger, Simeoni).

3. Potenciais implicações de uma “virada sociológica”

Eu esbocei em outro trabalho os marcos que constituem o desenvolvimento de uma “Sociologia da Tradução” (Wolf, Fukari; Chesterman, “*Questions in the sociology of translation*”). Aqui, prefiro apontar as consequências de um ponto de vista sociológico na Tradução: o que podemos ganhar ao adotar uma perspectiva sociológica? Que perspectivas podemos esperar depois de aplicarmos ferramentas metodológicas de orientação sociológica ao processo de Tradução em seus vários estágios? Certamente, devemos estar cientes de que, apesar do crescente interesse em possíveis Sociologias da Tradução, a Sociologia nem sempre tem todas as respostas e não fornecerá nenhuma panaceia imediata para os problemas dos Estudos da Tradução, como Pym corretamente aponta (Pym, *Humanizing Translation History*, 30).

Dito isto, trazer os benefícios das análises sociologicamente orientadas para o primeiro plano está na agenda. Meu foco será em dois fatores: um é a questão das decisões éticas que governam a prática da tradução e o comportamento do tradutor; o outro é a conscientização sociopolítica como uma característica-chave na visualização da Tradução como uma prática social. Lidar com as responsabilidades éticas e sócio-políticas dos agentes desafia, sem dúvida, as perspectivas tradicionais sobre o papel do tradutor na sociedade.

3.1 O papel da ética nos Estudos da Tradução sociologicamente orientados

Com referência ao contexto da globalização, Michael Cronin pergunta se os tradutores têm a tarefa de combater as assimetrias globais, pelo menos no campo da Tradução, a fim de promover um intercâmbio cultural democrático:

As consequências para o desenvolvimento de diferentes culturas do grave desequilíbrio no tráfego de Tradução levam a uma noção ampliada do que constitui a responsabilidade do tradutor na era da globalização. A responsabilidade do tradutor é convencionalmente pensada em termos textuais. [...] A tradução acurada de contextos sociais, políticos e culturais está implícita na transformação textual, embora geralmente observada na sua ausência e não na sua presença. No entanto, podemos nos perguntar se, nas atuais circunstâncias, isso é suficiente. (Cronin, 134)

Cronin faz um apelo a favor de “uma dimensão ativista da Tradução que envolva o compromisso com as políticas culturais da sociedade em nível nacional e internacional” (Cronin, 134) e enfatiza, particularmente, a importância das instituições de treinamento em Tradução e seus programas pedagógicos para promover a responsabilidade do tradutor.

Desde meados dos anos 90 do século XX, vários estudiosos transformaram a ética em um tópico a ser discutido em contextos variados. As avaliações tradicionais do conceito de ética preocupam-se principalmente com os deveres dos tradutores ou com seus direitos, como Chesterman revelou criticamente. Segundo o teórico, as questões típicas têm sido o preceito geral de lealdade às várias partes envolvidas; o grau aceitável de liberdade no processo tradutório, além da questão de saber se os tradutores têm o direito ou dever de alterar ou corrigir o original. Ligados a tais premissas estão a proposição sobre a invisibilidade do tradutor, entendida

como ideal de neutralidade; e finalmente, o questionamento sobre os direitos do tradutor em termos de propriedade intelectual (Chesterman, “*Ethics of translation*”, 147).

Chesterman propõe uma visão diferente da ética da Tradução e argumenta que, também nesse contexto, deveres e direitos são noções secundárias, dependendo das atribuições de valor. Os valores que o autor apresenta, relacionados às normas de Tradução, são a clareza, a verdade, a confiança e o entendimento, que ele considera uma estrutura bastante abrangente para a análise da ética da Tradução.

Durante décadas, os Estudos da Tradução têm sido amplamente uma especulação sobre ética, inspirada, em grande parte, pelo desejo de chegar a um conjunto geral de princípios que seriam moralmente aceitáveis para a organização e avaliação da tarefa do tradutor. Essa é a afirmação de Arrojo (5). A pesquisadora e vários outros autores (Pym, *Pour une éthique du traducteur*; Koskinen) concordam, no entanto, que a discussão sobre ética na Tradução não pode se restringir à noção de fidelidade ou a outras questões relacionadas. Em uma história não tão remota, esperava-se que o tradutor tivesse um “comportamento ético e atitude ideais em relação ao chamado ‘original’ e a sua linguagem, autor, contexto e ambiente cultural, bem como a sua própria língua e cultura” (Arrojo, 5). As consequências para o comportamento geral do tradutor, a partir de tal conjunto de expectativas, são óbvias e constituem as principais preocupações dos especialistas em ao longo dos séculos, como: a que o tradutor deve ser atender primeiro - ao autor do “original”, ao texto e à cultura ou às prioridades da cultura-alvo? O tradutor tem o direito de tomar essas decisões e determinar os limites e objetivos envolvidos em sua tarefa? Quem deve estar encarregado dessas decisões? Uma teoria geral, supostamente universal da Tradução (Arrojo, 6)?

Quando a ética, portanto, não pode ser vista apenas no domínio do paradigma da fidelidade, quais são os outros elementos que compõem a construção de tal atividade?

Venuti argumenta contra a visão convencional e limitada da ética e se concentra em uma compreensão da Tradução que indiscutivel-

mente constitui uma interpretação do texto estrangeiro. Além disso, enfatiza que “os cânones da precisão são articulados e aplicados na cultura doméstica e, portanto, são basicamente etnocêntricos, por mais que pareçam fiéis, não importa quão linguisticamente corretos” (Venuti, 82). Parece um truísmo que os “cânones” usados por Venuti estão intimamente relacionados - e condicionados por - normas. Os valores éticos inerentes a essas normas são geralmente profissionais ou institucionais e são construídos por uma série de pessoas envolvidas no processo tradutório: agências, especialistas acadêmicos, editores, revisores e leitores. Posteriormente, são assimilados por tradutores, que adotam atitudes variadas, que vão da aceitação à ambivalência e ao questionamento. Consequentemente, “qualquer avaliação de um projeto de Tradução deve incluir uma consideração de estratégias discursivas, seus contextos institucionais e suas funções e efeitos sociais” (Venuti, 82).

O aspecto social envolvido nas questões éticas não pode, portanto, ser ignorado: as figuras sociais desempenham um papel importante e não apenas moldam as estratégias discursivas adotadas no curso do processo de Tradução, mas também são responsáveis pela composição dos cenários em que os vários agentes operam.

Sob uma perspectiva diferente, essa ideia também foi desenvolvida por Pym em seu livro *Pour une éthique du traducteur* (1997), no qual enfatiza, entre outras coisas, que os tradutores não são os principais responsáveis pelo autor do original nem pelo agente editorial nem pelo leitores, mas principalmente pela profissão e, portanto, pelos colegas tradutores. Essa afirmação não apenas resulta em várias perguntas sobre suas implicações no processo tradutório, mas também estabelece o papel do tradutor em ação.

Por consequência, a ética do tradutor diz respeito principalmente à maneira como ele ou ela estabelece as relações sociais e interculturais que determinam sua prática. O tradutor é, portanto, um profissional com diversas responsabilidades e o dever de realizar uma tarefa intercultural.

Os conceitos de ética ilustrados até agora parecem implicar que existe uma ética tradutória global. Sob a condição de que exista

uma postura ética global em relação à Tradução, surge a questão de se essa ética é desejável e praticável. Nos Estudos da Tradução, podemos testemunhar opiniões opostas sobre essas questões. Arrojo, por exemplo, no contexto de sua discussão sobre uma ética em termos da Tradução critica qualquer reivindicação universalista:

Nenhuma concepção única ou lei da Tradução pode ser unânime, imortal ou universal pela simples razão de que sempre pertencerá a um determinado tempo e espaço e, portanto, não pode evitar ser um reflexo das circunstâncias, interesses e prioridades daqueles que a formulam e aceitam. (Arrojo, 10)

E, como consequência lógica, Arrojo é da opinião que “o único princípio universal sólido a manter é exatamente o da recusa de qualquer universal absoluto” (Arrojo, 22). No entanto, mesmo que tal argumento contra uma visão universalista da ética pareça plausível e aceitável para o contexto da Tradução, não há dúvidas de que, em escala nacional, testemunhamos uma considerável falta de códigos profissionais e éticos que regulam o comportamento dos tradutores e sua responsabilidade.

Prunč admite, neste contexto, que os próprios destinatários desses códigos são, regra geral, os usuários de produtos de Tradução, o que implica que esses códigos não são pontos de referência para o trabalho real do tradutor (Prunč, 168). As alegações universalistas no contexto de categorias como a ética são, obviamente, não apenas um problema para os Estudos da Tradução, mas tocam qualquer campo em que a ação humana esteja envolvida. Fatores como espaço e tempo (como mencionados por Arrojo) são cruciais na discussão da ética tradutória, como será mostrado no estudo de caso abaixo.

Apesar das opiniões divergentes sobre a questão da ética, é verdade que os tradutores (em qualquer ambiente de trabalho em que operem) devem estar em posição de prosseguir seu trabalho de maneira autoconfiante e autocrítica. Simultaneamente, devem

dispor dos mesmos direitos que outros agentes sociais no processo de comunicação e, conseqüentemente, adotar a possibilidade de abandonar sua posição tradicional de (suposta) neutralidade e invisibilidade (desde que estejam dispostos a assumir responsabilidades). Essas responsabilidades são adicionalmente condicionadas por características sociopolíticas.

Quando Cronin aponta para o fato de que “a Tradução nos faz perceber que existiram e existem outras maneiras de ver, interpretar, reagir ao mundo” (Cronin, 70), essa visão da atividade tradutória tem sérias conseqüências para a posição profissional, social e política do tradutor em sociedade.

A era da globalização (e por último, mas não menos importante, a atual crise financeira, com suas conseqüências ainda inexploradas para a atividade de Tradução) moldou adicionalmente o papel do tradutor:

Em um mundo em que Estados-Nação individuais estão cada vez mais envolvidos em redes financeiras e de informação, onde múltiplas identidades linguísticas e nacionais podem habitar as fronteiras de um único Estado ou excedê-las em vastas diásporas, onde a globalização traz sérios (e muitas vezes violentos) descontentamento, e onde o terrorismo e a guerra transformam desconfiança em destruição, a linguagem e a Tradução desempenham papéis centrais, embora muitas vezes não reconhecidos. (Bermann, 1)

Como resultado, tradutores, mas também centros de treinamento em Tradução ou associações profissionais, devem estar cientes de que, em uma situação em que o controle político e seus mecanismos reguladores acompanham a produção e o intercâmbio econômico, social e cultural, eles não apenas têm um papel de importância crucial, mas também precisam se engajar em questões relevantes para o passado, presente e futuro da humanidade.

A Tradução não apenas reflete e transfere o conhecimento existente, mas cria continuamente novos conhecimentos, revelando sua

dimensão política e ideológica, muitas vezes negligenciada. No entanto, a Tradução pode promover relações assimétricas de poder entre línguas ou culturas e oferecer uma forma de resistência, como pode ser visto no contexto pós-colonial, entre outros.

Tymoczko também se envolve na questão de como avançar na compreensão da ética e na ideologia da Tradução e no desenvolvimento de uma abordagem para o empoderamento político dos tradutores (Tymoczko, 2006).

A dimensão ativista da atividade tradutória ligada a essa afirmação nos leva ao segundo ponto central de uma visão da Tradução como prática social: a responsabilidade sociopolítica dos agentes e suas implicações para sua posição na sociedade.

3.2 Tradução e Ativismo em um contexto sociopolítico

As características de uma “Política de Globalização” (Bourdieu, 3), como o enfraquecimento do Estado-Nação, a formação de empresas multinacionais e o surgimento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação provocaram não apenas a destruição do Estado de Bem-Estar Social e o reforço do Estado de Segurança, mas também levaram à exclusão contínua de milhões de pessoas da participação na riqueza produzida dentro das estruturas globalizadas.

Como apontado e teorizado por Hardt e Negri, a soberania embaralhada das configurações políticas e econômicas tradicionais resultou em padrões descentralizados e desterritorializados, que carecem de centros de poder, além de limites ou barreiras fixas (Hardt; Negri, 12). No entanto, as relações de poder ainda são uma característica constitutiva das circulações globais.

Nesse contexto, o desenvolvimento de rotinas em um mundo globalizado teve um sério impacto na profissão do tradutor. Por um lado, as profundas transformações nas trocas globais trouxeram novos cenários de trabalho; por outro, novos códigos de referência foram criados para a atividade tradutória, que também trazem um potencial de mudança para as visões tradicionais sobre a figura do

tradutor e sua prática, questionando, finalmente, os conceitos (eu-rocêntricos) de Tradução.

Em primeiro lugar, as transformações na arena global trazem à tona um aspecto amplamente negligenciado nas zonas operacionais de tradutores e também de intérpretes: sua agenda política. A seguir, gostaria de discutir essa agenda política no contexto do *Fórum Social Mundial*, que desafiou os papéis tradicionais e desencadeou um novo tipo de responsabilidade dos agentes tradutores, caracterizada principalmente por um compromisso radical com a mudança na sociedade.

Os Fóruns Sociais, em particular, são

concebidos como um espaço de encontro aberto para aprofundar a [...] discussão democrática de ideias, a formulação de propostas, a livre troca de experiências e a articulação de organizações e movimentos da sociedade civil que se opõem à globalização neoliberal e a dominação do mundo pelo capital e por qualquer outra forma de imperialismo (World Social Forum India).

“Outro mundo é possível” é o lema dos Fóruns Sociais, o qual, em várias escalas geográficas, obviamente envolve estratégias de comunicação diferenciadas para permitir um processo político e social permanente, fundamentado nos eventos do fórum e em seus projetos, campanhas e propostas.

Conseqüentemente, o *Fórum Social Mundial* em Porto Alegre, Brasil, em 2002, e as reuniões subsequentes com o objetivo de discutir e desafiar práticas neoliberais de troca não apenas chamaram a atenção para a importância de movimentos sociais e ONGs como poderosos atores da política global, mas também chamaram à ação os mediadores entre as culturas envolvidas.

Nesse contexto, tradutores e intérpretes voluntários e suas diversas redes evidenciam a agenda política concreta manifestada

nesse campo.² Uma dessas redes de intérpretes e tradutores voluntários, a *Babels*, subscreve “o direito de todos de se expressarem no idioma de sua escolha” (Estatuto 24 da *Babels*). O compromisso da *Babels*, no entanto, não se limita às atividades de Interpretação e Tradução. Pelo contrário, trata-se de um daqueles movimentos sociais transnacionais que, em termos gerais, se esforçam para promover a mudança global e construir uma ordem social radicalmente nova (Cohen; Arato, 4), ao implantar estratégias de resistência que visam desafiar o intercâmbio global de produção. Seus membros se veem explicitamente como organizadores do Fórum Social, com ênfase especial na promoção da discussão sobre dominação cultural e sobre a circulação de ideias entre os vários movimentos da sociedade civil.

A *Babels* visa dar voz a todas as pessoas participantes dos Fóruns Sociais, com o objetivo de oferecer um amplo campo para a comunicação inter e transcultural. No entanto, a posição política dos ativistas da *Babels* logo começou a ser vigiada. Um conflito foi iniciado (e tornado público) pelo intérprete alemão Peter Naumann, que havia trabalhado em vários Fóruns Sociais Mundiais como intérprete profissional e, em 2005, criticou severamente a *Babels* na revista eletrônica *Communicate!*, editada pela AIIC, Associação Internacional de Intérpretes de Conferências, denunciando a “barbarização da comunicação no Fórum Social Mundial de 2005” (Naumann, *Observations on the barbarising of communication at the 2005 World Social Forum*).

Suas principais críticas se concentraram na falta de profissionalismo dos intérpretes da *Babels* no *Fórum Social Mundial* de 2005, bem como no “mau uso de atividades voluntárias” e na “venda de padrões de qualidade pré-estabelecidos”. O aspecto mais problemático dos comentários críticos de Naumann, no entanto, é a retórica sarcástica de seus comentários, acusando a *Babels* de ter

² Essas redes não podem ser tratadas em detalhes no contexto deste artigo; os mais importantes são a *Babels*, a *ECOS*, a *Tlaxcala*, os *Translators for Peace*, entre muitos outros.

“imprudentemente enviado os babelitos para o front e para o mata-douro” e rotulando os intérpretes da *Babels* como “os inocentes, os diletantes, os semiprofissionais, os tolos perfeitos e um exército de bem-intencionados” (Naumann, *Observations on the barbarising of communication at the 2005 World Social Forum*).

Embora os padrões do “código de ética profissional” elaborados pela AIIC não sejam oficialmente seguidos, são implicitamente mencionados por dois membros da AIIC em suas mensagens publicadas na *Communicate!* em resposta ao artigo de Naumann.

A AIIC reúne mais de 2600 “intérpretes profissionais de conferências” em mais de 80 países e afirma defender os padrões profissionais de comportamento e desempenho (AIIC).³ O conflito entre a *Babels* e Naumann, é claro, não pode ser visto como uma disputa em escala pessoal, mas sim global, que envolve questões éticas e ideológicas e também questões como a existência ou a forma de uma “cultura de conflito”.

Deve-se enfatizar, no entanto, que, como qualquer outro movimento social, a *Babels* é afetada por desacordos internos e não pode ser considerada um espaço em que os membros colaboram continuamente em respeito e harmonia mútuos. Isso não se deve somente a razões comunicativas, que resultam da grande variedade de idiomas e discursos adotados entre os membros da *Babels*, mas principalmente a razões relacionadas a diferentes formas de protesto, relações variadas com partidos políticos, entre muitas outras razões. É óbvio que quanto mais conflitos são causados pela intensa cooperação transnacional, mais o ativismo é confrontado com diferenças nas interpretações e concepções de estratégias coletivas apropriadas (Smith; Gerlach).

³ Para o contexto deste artigo, não se pretende fornecer uma descrição exaustiva da controvérsia *Babels* - Naumann. Esta seção deve antes ilustrar o significado de questões políticas e ideológicas na esfera da chamada “virada sociológica”. Para mais informações sobre a questão *Babels* - Naumann, consulte Pöchhacker (2006) e Boéri (2008). Consulte também alguns dos artigos no site da ECOS <http://www.translationactivism.com/ArticleIndex.html>.

A luta por estratégias compartilhadas e a linguagem da resistência é tão antiga quanto a própria resistência. O papel da linguagem na transformação social global é sem dúvida crucial, e está acima das habilidades de comunicação, da tecnologia e de todos os recursos necessários para um convívio tranquilo dentro do ambiente de um Fórum Social, onde a política está fortemente envolvida. Isso é enfatizado por Altvater, um dos principais nomes dos Estudos sobre Desenvolvimento Transcultural, na esteira dos problemas de Interpretação que surgiram no *Fórum Social Mundial* de 2005 em Porto Alegre:

A questão da Tradução é muito mais que uma questão técnica. Trata-se uma questão política. A área aberta de um Fórum Social Mundial pode ser preenchida politicamente apenas [...] se a comunicação entre 150.000 pessoas de 135 países for estabelecida. (Altvater)

As opiniões divergentes entre Naumann e *Babels* (e presumivelmente outros movimentos engajados em organizações de alterglobalização) são, portanto, fortemente marcadas por opiniões divergentes política e ideologicamente.

A reconstrução desse “campo de luta” com a ajuda da teoria das formas simbólicas de Bourdieu fornecerá as bases para melhor entender os mecanismos subjacentes a essa batalha e constituir a base para uma crítica completa a esse campo específico. Além disso, detectará as responsabilidades sociais e políticas dos agentes envolvidos e identificará as condições que moldam esse campo específico.

Primeiro, a distribuição dos vários capitais bourdieusianos que são colocados em jogo no campo parece ser reveladora para a compreensão de seus mecanismos funcionais. Assim, o capital cultural de Naumann é, obviamente, baseado em sua longa experiência como intérprete de conferência (quase três décadas), embora não tenha um diploma acadêmico em Tradução ou Interpretação (Naumann, *Profile*). Em seus comentários, ele aponta explicitamente para as várias características que compõem seu capital cultural:

experiência profissional, conhecimento tradicional dos pensadores europeus disposto de maneira intencional ao longo de suas “observações”, conhecimento da história da Interpretação de Conferências, especialmente sobre “pais fundadores”, conhecimento dos Currículos de Treinamento de Interpretação com referência específica a “padrões clássicos de qualidade”. Esses recursos são investidos diplomaticamente no campo.

O capital simbólico de Naumann é mostrado na variedade de domínios que já interpretou, enquanto seu capital social reflete, por um lado, nas relações obviamente estreitas que ele demonstra ter com alguns intérpretes de conferência de destaque no campo profissional e, por o outro, nas manifestações de solidariedade atribuídas a ele por dois colegas envolvidos na AIIC que se juntaram à lista de discussão com alguns comentários de apoio, substanciados por várias “regras de conduta [profissional]” (Naumann, *Observations on the barbarising of communication at the 2005 World Social Forum*).

A *Babels*, cujos membros opinaram sobre a carta de Naumann nas semanas seguintes à sua publicação na *Communicate!*, investe muito menos capital no “campo de luta”. Para começar, seu capital cultural concentra-se em um compromisso específico com a agenda do Fórum Social, validado por especialistas e pela troca de conhecimento e experiência entre os agentes específicos das culturas envolvidas nos Fóruns Sociais.

O capital social da *Babels*, no entanto, é muito forte devido à própria natureza do movimento e também aos “clientes” muito proeminentes a quem servem e com os quais interagem. Com relação a esses clientes, especialmente, parece contraditório que o capital simbólico nesse campo em particular seja investido apenas em um nível bastante baixo.

No que diz respeito ao *habitus* desses agentes, o *habitus* de Naumann está intimamente ligado a seu capital cultural e é particularmente moldado pelo ambiente em que está trabalhando. Isso pode ser visto melhor em alguns de seus posicionamentos: “[Nos Fóruns Sociais], o profissionalismo se torna inevitável, pois são os

melhores intérpretes da ‘velha escola’ que são necessários” (Naumann, *Observations on the barbarising of communication at the 2005 World Social Forum*) ou “as militância e visões ultrazelosas não são garantia de inteligência” (Naumann, *Observations on the barbarising of communication at the 2005 World Social Forum.*) e ainda “a *Babels* dificilmente parece ser capaz de se desenvolver e também de aprender, e, dessa forma, qualquer esforço pedagógico seria inútil” (Naumann, *Reply to Julie Boéri*).

O *habitus* da *Babels*, ao contrário, parece muito mais amplo, como uma combinação de várias formas secundárias de *habitus* (aquelas adquiridas por meio de práticas ao longo da vida e particularmente na atuação específica de uma profissão) e não está mais ou menos exclusivamente ligado apenas à prática da Interpretação.

Além disso, alguns estudiosos bourdieusianos enfatizam que o *habitus* só pode incorporar e assimilar características que garantam uma certa “articulação” (Krais; Gebauer, 64): isso implica uma espécie de bloqueio que impede o sujeito de absorver “tudo o que há no mundo” (Krais; Gebauer, 64).

Isso parece explicar, em parte, por que o entendimento entre as partes envolvidas é particularmente difícil, ou seja, as condições subjacentes a esse “bloqueio” são de natureza completamente diferente para ambas as partes. Com isso, Naumann e muitos de seus colegas incorporaram normas e convenções elaboradas por associações profissionais como a AIIC, enquanto a *Babels* (pelo seu caráter de rede e, principalmente, como resultado de sua reivindicação política) estabelece prioridades diferentes e, portanto, outras estratégias para “transmitir a mensagem”. Esse argumento pode ser comprovado analisando-se os principais termos detectados ao longo da discussão: Naumann e seus colegas da AIIC utilizam termos como “profissionalismo”, “padrões” ou “competência processual” no centro de seu discurso, ao passo que a *Babels* prefere usar noções como “horizontalidade”, “solidariedade” ou “igualdade”.

A relevância do *habitus* no contexto da Tradução e da Interpretação torna-se óbvia quando se percebe que o *habitus* é formado principalmente nos institutos de treinamento, de modo que isso se

torne o principal fator socializante para a futura prática comunitária dos agentes.

O que parece necessário nesse contexto é uma declaração clara em favor de uma mudança do treinamento de tradutores e intérpretes para o mercado (como praticado na maioria dos Departamentos de Estudos da Tradução), a fim de capacitá-los para a ação em sociedade. Tal afirmação implica uma série de transformações profundas nos programas curriculares existentes, com um foco particular na inclusão de questões relacionadas à Política, Ideologia e Sociologia, entre outras, constituindo fatores pertinentes a qualquer atividade transcultural.

4. Considerações Finais

O reconhecimento da relevância da Tradução na formação de culturas e sociedades revela a importância de sua agenda ética e política e desafia as visões tradicionais do conceito de Tradução. Com referência à ética, parece que códigos estabelecidos recentemente foram desafiados por meio da Interpretação de voluntários.

Como foi discutido em um tópico anterior deste artigo, é um truísmo que a ética nunca se refira apenas à consciência do indivíduo. Slavoj Žižek ressalta que a ética é nutrida pelo que Hegel chama de “mente objetiva” (“objektiver Geist”), uma “coleção de regras não escritas que constroem a base das atividades do indivíduo e nos dizem o que é aceitável e o que não é” (Žižek, 39). Porém, a política neoliberal e opressiva atual tende a minar o que parece ser uma de nossas maiores realizações, ou seja, nas palavras de Žižek, “o crescimento de nossa sensibilidade moral espontânea”.

Com referência à Tradução e à Interpretação, isso significa assumir uma posição clara. Quando Altvater pede uma “campanha internacional” para “confrontar politicamente e, espera-se, resolver a questão política da Tradução” (Altvater), parece óbvio que não apenas os intérpretes dos Fóruns Sociais são chamados à ação, mas também os estudiosos são convidados a se envolver ativamente

e contribuir para moldar tal campanha, isso se quiserem levar a sério a questão da “Tradução e Ativismo”.

No contexto desse compromisso de engajar-se e envolver-se na agenda política, tradutores, intérpretes e acadêmicos são chamados a interferir no debate e a ajudar a “criar as estruturas coletivas de um espírito também coletivo”, para utilizar as palavras de Bourdieu (3), a fim de desenvolver as ferramentas analíticas para contestar os efeitos simbólicos (e não simbólicos) gerados pela arena multinacional neoliberal.

Referências

AIIC. *International Association of Conference Interpreters*. 2009. <http://www.aiic.net/> [last access: 7 July 2009].

Altwater, E. *Das große Treffen. Beobachtungen auf dem Weltsozialforum von Porto Alegre*. 2005. Full-text version at: www.weltsozialforum.org/2005/2005.wsf.1/2005.wsf.meldungen/news.2005.22/ [last access: 8 July 2009].

Arrojo, R. “Asymmetrical relations of power and the ethics of translation”. *TextconText*. 11:1, (1997): 5-24.

BABELS. *Babels Charter*. 2004. Full-text version at: <http://www.babels.org/article21.html> [last access: 8 July 2009].

Bachmann-Medick, D. *Cultural Turns: Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt. 2006

Bachmann-Medick, D. ‘Introduction. The Translational Turn’. *Translation Studies*. 2:1, (2009): 2-16.

Bassnett, S. “The Translation Turn in Cultural Studies”. *Constructing Cultures. Essays on Literary Translation*, Bassnett, S.; Lefevere, A. (Eds). Clevedon/Philadelphia/Toronto/Sidney/Johannesburg: Multilingual Matters. 1998, pp.123-140.

Bassnett, S.; Lefevere, A. “Introduction: Proust’s Grandmother and the Thousand and One Nights: The ‘Cultural Turn’ in Translation Studies”. *Translation, History and Culture*, Bassnett, S.; Lefevere, A. (Eds.). London/New York: Pinter. 1990, pp.1-13.

Bermann, S. “Introduction”. *Nation, Language, and the Ethics of Translation*, Bermann, S.; Wood, M. (Eds.). Princeton/Oxford: Princeton University Press. 2005, pp. 1-10.

Boéri, J. “A Narrative Account of the Babels vs. Naumann Controversy. Competing Perspectives on Activism in Conference Interpreting”. *The Translator*. 14:1, (2008): 21-50.

Bourdieu, P. “Für eine engagierte Wissenschaft”. *Le Monde Diplomatique*, 15 February 2002. p. 3.

Chesterman, A. “Ethics of translation”. *Translation as Intercultural Communication*, Snell-Hornby, M.; Jettmarová, Z.; Kaindl, K. (Eds.). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1997, pp. 147-157.

Chesterman, A. “Questions in the sociology of translation”. *Translation studies at the interface of disciplines*, Duarte Ferreira, J.; Rosa, A.A.; Seruya, T. (Eds.). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006, pp. 9-27.

Chesterman, A. “The Name and Nature of Translator Studies”. *Hermes*. 42, (2009): 13-22.

Cohen, J. L.; Arato, A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.1992.

Cronin, M. *Translation and Globalization*. London/New York: Routledge, 2003.

Gerlach, L. P. *The Structure of Social Movements: Environmental Activism and its Opponents*. 2002. Full-text version at: http://www.rand.org/publications/_MR/MR1382/MR1382.ch.9.pdf [last access: 8 July 2009].

Gouanvic, J. *Sociologie de la Traduction. La science-fiction américaine dans l'espace culturel français des années 1950*. Arras Cedex: Artois Presses Université, 1999.

Hardt, M.; Negri, A. *Empire*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2002.

Holmes, J. S. *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Amsterdam: Rodopi, 1988.

Koskinen, K. *Beyond Ambivalence. Postmodernity and the Ethics of Translation*. Tampere: University of Tampere, 2000.

Krais, B.; Gebauer, G. *Habitus*. Bielefeld: transcript Verlag, 2002.

Naumann, P. Babels & Nomad. *Observations on the barbarising of communication at the 2005 World Social Forum*. 2005a. Full-text version at: <http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/page1800.htm> [last access: 8 July 2009].

Naumann, P. *Reply to Julie Boéri*, 25 July 2005. 2005b. Full-text version at: <http://aiic.eu/ViewPage.cfm/page1800.htm> [last access: 8 July 2009].

Naumann, P. *Profile*, 2009. <http://www.proz.com/profile/653556> [last access: 8 July 2009].

Nida, E. *Toward a Science of Translating*. Leiden: E.J. Brill, 1964.

Pöchhacker, F. "Interpreters and Ideology: From 'between' to 'within'". *Across Languages and Cultures*, 7:2, (2006): 191-207.

Prunč, E. "Translationsethik". *Fluctuat nec mergitur. Translation und Gesellschaft. Festschrift für Annemarie Schmid zum 75. Geburtstag*, Sandrini, P. (Ed.). Frankfurt am Main: Lang. 2004, pp. 165-194.

Pym, A. *Pour une éthique du traducteur*. Ottawa: Presses de l'Université, 1997.

Pym, A. “Humanizing Translation History”. *Hermes* 42, (2009): 23-48.

Pym, A; Shlesinger, M.; Simeoni, D. (Eds.) *Beyond Descriptive Translation Studies. Investigations in homage to Gideon Toury*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2008.

Smith, J. “Bridging Global Divides? Strategic Framing and Solidarity in Transnational Social Movement Organizations”. *International Sociology*. 17:4, (2002): 505-528. Full-text version also at: <http://iss.sagepub.com/cgi/content/abstract/17/4/505> [last access: 8 July 2009].

Snell-Hornby, M. *The Turns of Translation Studies. New Paradigms or Shifting Viewpoints?* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006.

Toury, G. *Descriptive Translation Studies and beyond*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

Tymoczko, M. *Enlarging Translation, Empowering Translators*. Manchester: St Jerome Publishing, 2007.

Venuti, L. *The Scandals of Translation. Towards an Ethics of Difference*. London/ New York: Routledge, 1998.

Vermeer, H. J. “Übersetzen als kultureller Transfer”. *Übersetzungswissenschaft. Eine Neuorientierung*, Snell-Hornby, M. (Ed.). Tübingen/Basel: Francke. 1986, pp. 30-53.

Wolf, M. (Ed.) *Übersetzen-Translating-Traduire: Towards a ‘Social Turn’?* Münster/Wien/London: LIT, 2006.

Wolf, M. “Mapping the field: Sociological perspectives on translation”. *International Journal of the Sociology of Language*. 207, (2011): 01-28.

Wolf, M. & Fukari, A. (Eds.) *Constructing a Sociology of Translation*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2007.

WORLD SOCIAL FORUM INDIA. *About WSF*. 2006. Full-text version at: <http://www.wsfindia.org/?q=node/2> [last access: 8 July 2009].

Žižek, S. “Der Ritter der lebenden Toten”. *Der Standard*. 31 March/1 April, (2007): 39.

Recebido em: 07/08/2020

Aceito em: 08/11/2020

Publicado em janeiro de 2021

Michaela Wolf. E-mail: michaela.wolf@uni-graz.at. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6700-2201>.

Talita Serpa. E-mail: talitasrp82@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3324-9593>.